



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

THAMIRES BATISTA MOURA

**LINHA DE PESQUISA
GEOGRAFIA E ANÁLISE DA PESQUISA**

**O TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PROCEDIMENTO
METODOLÓGICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CAMPO**

**GUARABIRA/PB
2012**

THAMIRES BATISTA MOURA

O TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PROCEDIMENTO
METODOLÓGICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura Plena
em Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba, Centro de Humanidades, em
cumprimento a exigência para a obtenção do
título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

GUARABIRA/PB
2012

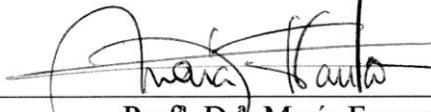
THAMIRES BATISTA MOURA

O TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PROCEDIMENTO
METODOLÓGICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO
CAMPO

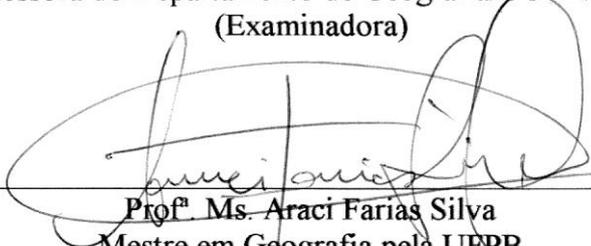
BANCA EXAMINADORA



Prof.^o Dr. Edvaldo Carlos de Lima
Doutor em Geografia pela UFPE
Professor do Departamento de Geografia/CH/UEPB
(Orientador)



Prof.^a Dr.^a Maria Franco Garcia
Doutora em Geografia pela UNESP
Professora do Departamento de Geografia/CCEN/UFPB
(Examinadora)



Prof.^a Ms. Araci Farias Silva
Mestre em Geografia pela UFPB
Professora Departamento de Geografia/CCEN/UFPB
(Examinadora)

Aprovada em 19/11/2012

Guarabira/PB
Novembro/2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M929t Moura, Thamires Batista.
O Trabalho de campo enquanto procedimento metodológico na geografia agrária [manuscrito] : os movimentos sociais do campo / Thamires Batista Moura. – 2012.
27 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)
– Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima,
Departamento de Geografia”.

1. Geografia Agrária. 2. Movimentos Sociais. 3. Capitalismo Agrário. I. Título.

21. ed. CDD 910.021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que estiveram desde o começo comigo: meus pais Joseilson (Senador) e Gizelda, minhas irmãs Kali Freitas (Ká) e Annakalina Moura (Lelê), foram esses que sempre me fizeram seguir em frente pelo caminho dos estudos e por ter sempre me incentivado a realizar meus sonhos, ainda que tão grandes sejam;

Aos meus sobrinhos, Anna Letícia, Thiaguinho e Anna Luísa, por sempre terem quebrado o silêncio e a paciência e sido minhas melhores distrações e alegrias;

A Kátia Freitas (kuka) que me apontou o caminho da Geografia, e por mostrar que a vida é feita de simplicidade e dos pequenos momentos;

A Mirian (Caca) por toda alegria distribuída e apoio durante minha vida inteira;

Ao grande Edvaldo Lima (orientador) por ter me conduzido pelos caminhos da Geografia, provocando sempre a reflexão sobre o verdadeiro sentido e significado do mundo Geográfico. Também pelo apoio ao longo da graduação, pelos incentivos nas inúmeras crises geográficas pelas quais passei, pelos emails que nunca foram respondidos e paciência nos últimos três anos de Geografia;

Ao CEGeT/Guarabira (Cegetinho) pelas discussões semanais e momentos de extremas realizações geográficas, assim como pelo apoio recebido ao longo destes anos de Lima (outra vez), de Juliene Fernandes, Maíra Araújo, Marta Gomes, Renata de Lima, Janiele Souza, Marcilene Barbosa, Gisélío Marques, as Adrianas e Washington Luís, entre outros companheiros que chegaram ao grupo já no fim dessa primeira caminhada;

Ao CEGeT/ João Pessoa, representado pela professora María Franco;

A turma 2009.1 tarde de Geografia, pela cumplicidade de sempre e pelos puxões de orelha quando precisei. Que todo companheirismo de classe sempre esteja presente nos destinos que a partir de agora tomaremos, a Edmara (Marex, minha prima), Juliene (na passarela!), Nadja (que sonha com o Direito), Marcília (Aloca!), Rosilene (da Capital), Rubênia (irmã da minha prima), Luciene (bela coleção de batons), Luzinete (a intratante mais simpática a UEPB), Wlisses (Freud), Geraldo (o pai de Bem Branquinho), Eudis (a revelação da geografia 2009.1) e Antevânio (que sumiu faz tempo);

Aos professores do departamento de Geografia da UEPB/Campus III, especialmente Belarmino, Fábio, Luciene, Juliana Nóbrega e Hélio;

Aos (as) futuros (as) geógrafos (as) Bernardes (\$), Aline, Maria, Simone, Wellington, Ramom e Clemilson pelos exemplos de determinação e força de vontade em tudo que fazem, assim como aos tantos companheiros que conheci na UEPB, não citarei nomes por serem diversos e de todos os lugares;

As amigas que sempre estiveram incentivando essa realização, mesmo com minha ausência em tantos momentos, a Roseane de Marcus (desculpe-me a ausência no casamento!), Jaciedja Meireles, Ana Paula, Aliene Valentin, Jú de Renan;

Aos acampados e assentados pela determinação diária;

A todos os professores pelos quais passei, aos do Ensino Fundamental e Médio, devo os sinceros agradecimentos pela paciência, capacidade e desejo de mudar a realidade do ensino no Brasil, a Matusalém, Antônio Barbosa, Clementino, Lélío, Conceição Cunha, Saulo, entre tantos outros;

A todos meu muito obrigada!

Aos que acreditam na força dos seus desejos.
Aos que lutam!

043-GEOGRAFIA

O TRABALHO DE CAMPO ENQUANTO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA E ANÁLISE DA PESQUISA

AUTORA: THAMIRES BATISTA MOURA

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. EDVALDO CARLOS DE LIMA

BANCA EXAMINADORA: Prof^a. Dr^a. MARÍA FRANCO GARCIA/ CCEN/UFPB

Prof^a Ms. ARACI FARIAS SILVA/ CCEN/UFPB

RESUMO

O trabalho de campo, enquanto procedimento metodológico na Geografia, possibilita ao aluno/pesquisador uma compreensão mais apurada acerca dos elementos construtores do espaço geográfico. Essa prática exige que o geógrafo exponha um olhar mais apurado e tenha a capacidade de conciliar conceitos e teorias abordadas na geografia, fundamentando, assim, um novo conhecimento adquirido através da prática. O trabalho de campo se traduz em um momento ímpar ao crescimento intelectual e crítico dos geógrafos, e dentro da Geografia Agrária, seu papel é analisar empiricamente a realidade do campo e as questões inerentes a este. Dessa forma, os procedimentos empíricos realizados na disciplina Estudos Agrários, em vários estados da região Nordeste, possibilitaram-nos uma compreensão teórica livre de quaisquer influências midiáticas, de classes burguesas. Neste trabalho, discutimos a importância do trabalho de campo na Geografia Agrária, identificando atividades como a produção canavieira e os movimentos sociais como atores da questão agrária nordestina e a resistência desses grupos diante da expansão do capitalismo agrário.

Palavras-chave: Trabalho de campo, Geografia Agrária, Movimentos sociais.

ABSTRACT

The fieldwork, as a methodological procedure in Geography enables the student / researcher a more accurate understanding about the elements of geographical space builders. This practice requires that the geographer expose a more accurate and has the ability to combine concepts and theories covered in geography, with reasons, so a new knowledge acquired through practice. Fieldwork translates into a unique moment to intellectual growth and critical geographers, and within the Agrarian Geography, its role is to analyze empirically the reality of the field and the issues inherent in this. Thus, the empirical procedures performed in the discipline Agrarian Studies in several states in the Northeast, have allowed us a theoretical understanding free from any influences media, the bourgeois classes. In this paper, we discuss the importance of fieldwork in Geography Land, identifying activities such as sugarcane production and social movements as agents of agrarian Northeast and resistance of these groups to the expansion of agrarian capitalism.

Keywords: Fieldwork, Agricultural Geography, Social Movements.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado dos estudos sobre a questão agrária nordestina, realizado junto ao Centro de Estudos da Geografia do Trabalho – CEGeT, seção Guarabira, durante o período da graduação em Geografia. Metodicamente, utilizamo-nos do materialismo histórico e dialético para superar os ensinamentos que nos persuadem ao conteúdo limitado das relações sociais e de produção no campo e das questões econômicas balizadas pelo capital. Essa inquietação nos levou a vários caminhos e pesquisas sobre a atual configuração dos problemas agrários na região Nordeste.

Nesta pesquisa, trazemos a discussão da teoria concebida através da prática, em que o método empírico analítico do trabalho de campo é o agente meio, para se chegar ao conhecimento prático da ciência Geográfica. A aula de campo, enquanto aspecto da construção metodológica na Geografia possibilita a construção do conhecimento através da experiência de vida.

O estudo da questão agrária nordestina remete ao histórico de sua formação socioespacial, e ao estudo das relações sociais e de produção que deixaram profundas marcas no espaço agrário brasileiro, mantendo-se encravadas na atual representação do agrário nordestino. Foram por esses caminhos que seguimos, não necessariamente fazendo uma abordagem aprofundada ao seu contexto histórico, mas buscando compreender, a partir dessa análise, a construção agrária na atualidade e seus diferentes atores.

Entender o Nordeste entre seus tantos adjetivos requer mais que a teoria adquirida ao longo dos estudos feitos, por isso se buscou através da análise espacial entender e conhecer as características físicas e a realidade das questões agrárias que marcam o espaço nordestino desde a época colonial. A região não se libertou totalmente das correntes do período colonial, e se mantém ao longo dos séculos com características influentes. Assim, pode-se ver que a concentração fundiária, a subordinação de classes, o degradante trabalho em grandes campos monocultores e a produção de capital direcionado a setores internacionais e a pequenos grupos poderosos vêm se mantendo intactos.

Na obra intitulada *A terra e o homem no Nordeste*, Manuel Correia de Andrade, retrata as questões do espaço agrário nordestino através das relações de produção

e de trabalho, de forma a expor as transformações acarretadas pelo campo. Para o autor, o Nordeste tem sido interpretado como uma área subdesenvolvida, castigada pelas secas e alienada pela produção canavieira, fazendo menção a uma ideia de inferioridade a qual a região sofre. Neste sentido, o autor supracitado expõe que

O Nordeste é apontado ora como a área das secas, que desde época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes... (ANDRADE, 1998, p. 35).

Os problemas situados em tal região e citados pelo autor são efeitos da falta de políticas socioeconômicas eficientes de desenvolvimento regional, causando forte atraso nos sistemas econômicos, educacionais e sociais da região. O que se sente fortemente é a subordinação na qual o nordestino se autoinsere, espelhando sempre as características colonialistas e vivendo sob as influências de grupos dominantes.

Pudemos observar ao longo dos percursos que esses são os pontos de grande influência nas atuais questões agrárias, que fixados no campo brasileiro constituem os conflitos territoriais, seja por terra, água e/ou condições favoráveis de vida. Suas peculiaridades puderam ser analisadas empiricamente, sobretudo nos assentamentos e acampamentos rurais.

Nesse contexto inicial, baseamo-nos em algumas características do espaço agrário do Nordeste através das impressões e depoimentos de campo. Não sendo de nossa pretensão inserir todas as características sociais, culturais, econômicas e políticas de tal. Assim, expomos os problemas agrários brasileiros que não tiveram, significativamente, mudanças ou propostas suficientes a sua dissolução.

Trataremos as questões específicas dentro de certos limites, os quais puderam ser sentidos empiricamente durante as experiências de campo, e nas localidades visitadas. A construção teórico-metodológica é expressa sob os aspectos acadêmicos da aula de campo enquanto processo metodológico da ciência geográfica, mais ainda na Geografia Agrária que aborda temáticas tão complexas e de difícil dissolução numa visão burguesa e de interesses políticos. Esses problemas se encravam no Nordeste e se expressam em forma de grandes projetos de “beneficiamento”. Porém nos resta a dúvida: Beneficiamento a quem?.

Partindo da hipótese de que os problemas inerentes as questões agrárias no Nordeste estão em grande abandono, e que o *pano de fundo* dessas discussões tem sido os interesses, ligados a programas e obras de grande porte, que desfalcam a realidade agrária nordestina. Nossa preocupação analítica foi a inter-relação entre trabalho de campo e as atuais características da produção do espaço agrário. Seguiremos, assim, analisando os agentes construtores e a sua atuação no campo.

O espaço agrário nordestino tem sua formação iniciada pelo trabalho escravo, indígena e de negros que foram explorados para construir um modelo desigual e concentrador, gerido pelos interesses políticos e do capital internacional, e se mantém pela exploração da classe trabalhadora, onde os trabalhadores rurais dependentes do trabalho no campo ficam subordinados ao capitalismo agrário.

A partir de uma breve caracterização histórica da região, fazendo menção à produção agrária através do capital sucroalcooleiro. Ao longo deste seguimento, partiremos dos processos históricos de formação do espaço agrário nordestino, enquadrando os movimentos sociais e sua territorialização como processos de fortalecimento na luta pela reforma agrária no Nordeste. Ao longo do texto, citamos os vários locais que visitamos durante o tempo da pesquisa e um pouco de seu histórico de luta, enfatizando sua atuação no espaço agrário.

Em seguida, expomos os projetos de “beneficiamento” que se inserem no contexto das políticas públicas e seus primeiros interesses visitados ao longo das unidades de federação, de forma a mostrar a construção contemporânea do Nordeste através do conhecimento empírico realizado dentro da Geografia.

2 NOSSOS ROTEIROS

Para entender o Nordeste, e a sua atual representação no espaço agrário brasileiro, adentramos no mundo empírico das aulas de campo e percorremos cinco unidades de federação: Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí¹. Em meio a essa busca geográfica dos agentes construtores do espaço nordestino. As experiências em campo foram lançadas semestralmente e concretizaram oportunidades ímpares para a realização desse trabalho monográfico.

¹ Ver mapa 1, pag.13.

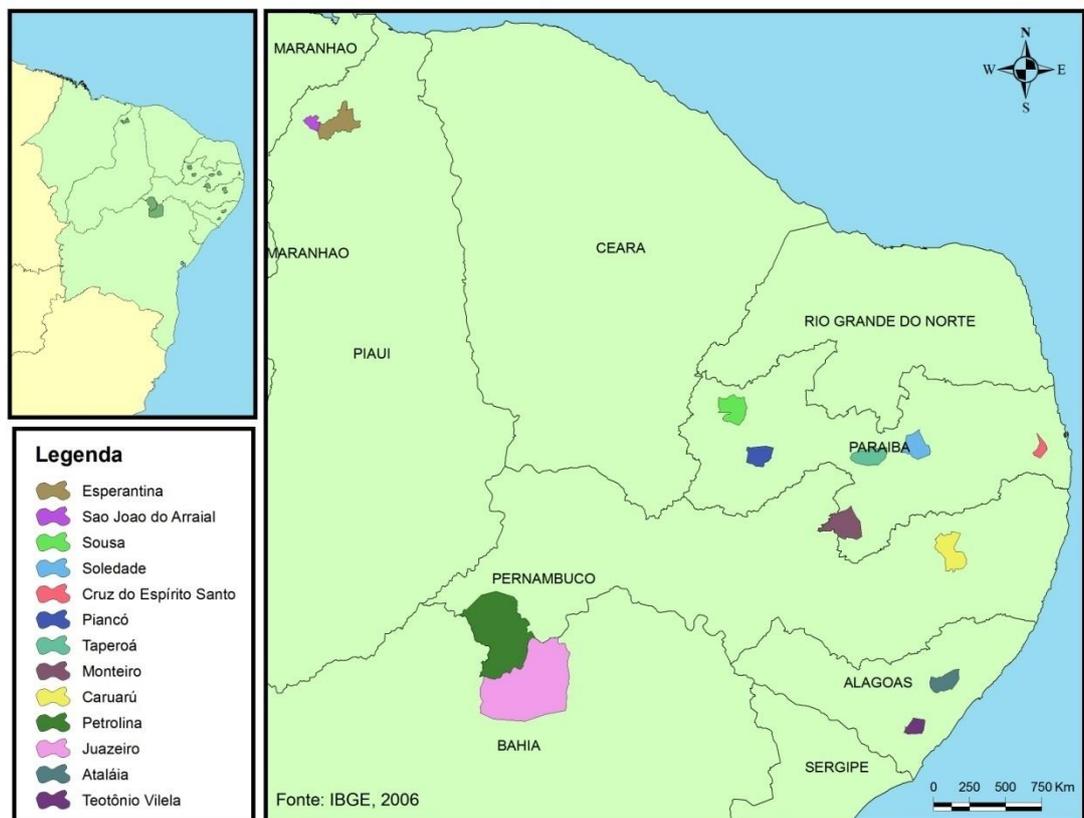
Consideramos aqui os agentes que tiveram suas origens abordadas ao longo do embasamento na Geografia Agrária e que entendemos como os agentes, fatores e processos construtores do espaço agrário na região em estudo, sendo estes: agroindústria canavieira, acampamentos e assentamentos, movimentos sociais no campo, conflito pela terra e pela água, fruticultura irrigada e as quebradeiras de coco babaçu. Vale ressaltar que fazemos uma abordagem sobre questões específicas, visitadas nos estados anteriormente citados. Dessa forma, os relatos e observações feitas estão retidos aos municípios onde os trabalhos de campo tiveram abrangência, mas que não deixam de ser a base de conflitos socioterritoriais existentes.

Seguindo uma sequência anual, temos o seguinte cronograma de atividades: no ano de 2010 visitamos a Usina Seresta S/A, em Teotônio Vilela, no estado de Alagoas em busca de uma maior compreensão sobre a atuação da produção canavieira e do capital sucroalcooleiro, ao longo dos séculos modelando o espaço agrário como um todo, especialmente sobre a área da questão do açúcar, do agronegócio, do etanol e da preocupação ambiental, e em Atalaia/AL visitamos o acampamento São Sebastião. No segundo semestre do mesmo ano, estivemos no Centro de Formação Paulo Freire (CFPF) e no assentamento Normandia, na cidade de Caruaru/Pernambuco e no assentamento Juazeiro, em Piancó/Paraíba, com a preocupação em entender os acampamentos e assentamentos como forma de resistência e luta contra o capitalismo agrário. Também como territorialização da luta pela terra.

Em 2011, retomamos ao CFPF e ao Normandia, e seguimos para os acampamentos Nova Vida I, em Sousa/PB e Xique-Xique, em Monteiro/PB. No segundo semestre, partimos para o polo fruticultor de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) com o objetivo de conhecer as diferentes realidades regionais e as políticas de desenvolvimento territorial, que a nosso ver estão embasadas em propostas de cunho capitalista, pois poucos são os que se inserem nesse contexto e o pequeno produtor/ agricultor fica a margem da grande produtividade fruticultora. Visitamos também o acampamento Mangueiral em Soledade/PB e o assentamento José Moreira da Silva em Taperoá/PB, em ambos a realização de uma política de Reforma agrária que atenda às suas necessidades é o anseio de cada acampado ou assentado.

Já em 2012, no primeiro semestre estivemos no estado do Piauí, para conhecer o histórico e as lutas diárias das quebradeiras de coco babaçu e a questão de gênero, mais precisamente nos municípios de Esperantina na sede do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQBC). Visitamos a comunidade Tapuia onde observamos todo o processo de beneficiamento manual do Babaçu e sua produtividade, e também, em São José do Arraial, a comunidade Olho D'água onde o processo de beneficiamento do coco babaçu é mecanizado.

O mapa a seguir mostra os locais de estudo, anteriormente citados, de acordo com cada estado visitado:



Mapa 1: Municípios visitados ao longo da Região Nordeste, enquadrando cinco estados: Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Fonte: Aulas de campo de Estudos Agrários, 2010-2012.

Org.: Jorge Flávio Cazé, 2012.

Estivemos ao longo desse período, estudando a situação da classe trabalhadora, os agentes construtores do espaço agrário da região, os conflitos inerentes ao campo e as vertentes que direcionam o estudo da Geografia agrária no Nordeste. Assim, buscamos expor a história agrária na contemporaneidade, os agentes em ação e suas influências na construção do campo nordestino através da

atividade extraclasse, e das discussões sobre os temas, obras e autores que tratam da questão histórica da formação territorial da região Nordeste.

3 ANÁLISE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Acerca de tudo que foi vivenciado durante os trabalhos de campo poderíamos expor inúmeras impressões das realidades (re)descobertas em determinados lugares do Nordeste brasileiro. Porém, nos ataremos a inseri-la em meio ao referencial teórico, de forma a provocar uma explanação mais ampla sobre o objeto de estudo *in loco*.

De certo, é unânime a aceitação de que as atividades extraclasse são fundamentais ao desenvolvimento intelectual dos estudantes/pesquisadores. Essa prática “trata-se de uma proposta que dirige o intuito de conciliar nossas ideias, conceitos e teorias geográficas discutidas em sala de aula com o real concreto no trajeto percorrido (Lima et al, 2008, p. 03). Nesse sentido, procuramos analisar empiricamente os processos de transformações socioterritoriais pelas quais o Nordeste brasileiro tem passado em contrapartida ao movimento do capital nas relações sociais de produção.

O espaço, enquanto especificidade da produção geográfica, “é a um só tempo produto e processo histórico, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos” (Serpa, 2006, p. 11), é necessário uma análise dinâmica, levando em conta as ações do homem sobre o próprio espaço. Para Lefebvre (2008) o espaço é resultado das relações sociais de produção, é algo além do concreto, é a percepção de cada indivíduo concretizada por tudo aquilo que compõe o espaço, ou seja, é o espaço social.

A Geografia sempre buscou identificar as diferentes atividades que compõe o território nacional. O rural que, por sua vez, é dinâmico se constitui através de processos socioespaciais, como a “modernização da agricultura, a migração cidade-campo, o acirramento da concentração de renda e da terra e os conflitos sociais, que são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola” (Ferreira, 2002, p. 17). Ainda de acordo com a autora, no campo, a população significa um elemento disperso no espaço, com características culturais distintas da população

urbana, com ritmo, relações e técnicas de trabalho particulares e, como tal, é avaliada pela geografia agrária (p.24).

É nesse sentido que o trabalho de campo tem suma importância na produção do conhecimento e reconhecimento das relações sociais e de produção, enquanto construtores dos espaços agrários e urbanos. Fundamentando-nos em Huertas (2007) concluímos que o trabalho de campo é uma experiência que exige do geógrafo um olhar apurado e crítico do espaço geográfico. Desde a organização das aulas de campos, temos condições que se tornam indispensáveis, como a adoção prévia de um sistema de conceitos capaz de formular o arcabouço teórico-metodológico que, inegavelmente, direcionará o olhar do geógrafo no campo (p. 149).

Como primeiras observações temos a mudança na paisagem e seus componentes. De acordo com Salgueiro (2001), “efetivamente, o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins” (p. 39), é preciso que haja o reconhecimento da paisagem através do olhar crítico do geógrafo, de forma a entender como e porque ela funciona. Para Thomaz Junior (1991)

O que se coloca prontamente, é dar conta da diversidade paisagística, de forma a não ficar nela, mas, ao contrário, a partir dela, ir além do imediato, do aparente, do empírico. Para tanto, é necessário entendê-la como sendo manifestação exterior (fotografia) de um conteúdo (sociedade) que a (re)define, (re)elabora. Sendo assim, o que temos de extrair dela, é a estrutura de classes do capitalismo que traz estampada na sua configuração, ou o ordenamento territorial das classes sociais, o que revela, aos nossos olhos, o reflexo do desenvolvimento contraditório do capitalismo (p.23).

Essa leitura proposta pelo autor e feita ao longo de todo percurso no campo, proporciona-nos contribuições indispensáveis ao reconhecimento das questões agrárias na região Nordeste. Através de sua constante modificação é possível fazer uma análise das heranças fixadas e as relações que o construiu ao longo das décadas. Durante as viagens, as paisagens que nos marcaram foram diversificadas, suas características as mais diversas, sejam marcadas pelas variações climáticas, pela vegetação, pelos aspectos econômicos locais ou pelas relações homem/natureza.

Para Ferreira (2002) a paisagem é “resultado de um conjunto de ações e atitudes dos produtores para com a terra, que determinavam gêneros de vida, sistemas de cultivo ou organizações espaciais muito próprias e localizáveis no espaço” (p.16), expressando as ações do homem sobre o espaço.

Para nós, entender a atual forma do capitalismo na paisagem e na construção dos espaços é o desafio que nos faz ir a campo, com a necessidade de buscar as verdades ocultas pelo interesse do capital, em prol do desenvolvimento econômico, que se dirige a classes dominantes e exclui do processo de desenvolvimento social o qual se faz necessário para o crescimento da região Nordeste. Na figura 1, a seguir, temos algumas das diferentes paisagens analisadas durante o campo e que mostram diferentes agentes em seus espaços, assim faz-se necessário uma leitura apurada sobre a construção de cada uma delas.



Figura 1: Diferentes paisagens observadas durante os percursos das aulas de campo.
Fonte: Aulas de campo da disciplina Estudos Agrários (2010-2012)

Daí, a importância de um arcabouço teórico consistente sobre o tema que esta sendo analisado e sua interpretação através do contato direto com objeto. A

leitura de uma paisagem requer um entendimento sobre as características até então presentes; durante as aulas de campo realizadas observamos espontaneamente o modo de vida dos nordestinos, a questão das secas, os campos monocultores da cana-de-açúcar, as pequenas e médias plantações de base familiar, a fruticultura irrigada, a territorialização dos movimentos sociais.

3.1 Metodologia e método do trabalho de campo.

Desde as discussões teóricas em sala de aula e procura de bibliografias consistentes, os procedimentos que levam a realização de um trabalho de campo são diversos e cada etapa constitui-se em atividade necessária. O pensar um objeto que esteja consolidado à teoria e um roteiro que seja suficiente ao reconhecimento regional fizeram parte das diversas reuniões em grupo, e a importância disso foi a concretização de cinco aulas de campo pelos estados nordestinos, sempre referenciados nos estudos da Geografia Agrária embasados pela teoria concebida pelos discentes.

Durante a pesquisa, utilizamos como procedimentos metodológicos as aulas de campo, desde a construção dos projetos necessários a realização destas, como a busca e estudos de bibliografias bem selecionadas que direcionem a tal temática, à escolha do roteiro. Já em campo, tivemos a aplicação de questionários e entrevistas, que além da produção de material como vídeos, áudios e artigos científicos², permitiu-nos conversas informais com trabalhadores rurais acampados e assentados a depender de acesso à terra.

Quanto aos objetivos, discutimos a importância da aula de campo na Geografia Agrária, identificamos o perfil da questão agrária no nordeste, a partir das aulas de campo, e analisamos a formação dos movimentos sociais no campo e sua resistência diante dos processos de luta pela terra, e expansão da agroindústria canavieira.

² A aula de campo realizada no primeiro semestre de 2010 possibilitou a produção de um livro composto por artigos de autoria dos alunos que participaram de tal. Este documento encontra-se disponível para consulta na Biblioteca do Campus III da UEPB. Para mais informações consulte: LIMA, E.C de; MOURA, T. B.; OLIVEIRA, J. F. de. Produção do Espaço Agrário na zona da mata Nordeste: Concepção metodológica na prática de ensino em Geografia. Guarabira, 2010, 196p.

Para nós, essas são questões que nos remetem a um estudo aprofundado e empírico- analítico, sendo desta forma que se pode chegar ao conhecimento livre de quaisquer manipulações, seja midiática ou de interesses políticos.

4 ESPAÇO AGRÁRIO E A ATUAÇÃO DO CAPITAL SUCROALCOOLEIRO NO NORDESTE

No resgate da história colonial, período de maior ascensão da produção canavieira, a instalação de engenhos ou usinas produtoras de açúcar sobreveio como necessidade de satisfazer a demanda de mercado externo, a partir da produção capitalista que exige cada vez maiores lucros e uso de tecnologias avançadas. As modificações nas relações de produção que foram mantidas pelo trabalho que iniciam com os escravos e senhores de engenho, hoje são produzidas pela relação de submissão sobre os trabalhadores rurais por grandes centros produtores de capital, aqui em estudo o sucroalcooleiro.

O agronegócio sucroalcooleiro, que aqui tratamos como o impulsionador das questões agrárias no Nordeste, desde a época de Brasil Colônia, está territorializado na Zona da Cana Nordestina (Lima, 2011) e tem predomínio quase que absoluto sobre as relações de trabalho escravo no campo e com os danos causados ao meio ambiente. A produção em grande escala no Nordeste, a quantidade de usinas situadas na Zona da Cana, e as terras improdutivas centralizadas nas mãos de poucos, como forma de poder imposto pelo capitalismo agrário, trazem consequências negativas aos pequenos produtores rurais, que a partir da expansão do capital sucroalcooleiro acabam sofrendo com a desterritorialização, a exploração do trabalho e a submissão por parte dos grandes produtores do agronegócio.

Historicamente, o capital sucroalcooleiro trata-se de uma cultura eminentemente voltada para o mercado internacional. No Nordeste, esta cultura vem se expandindo desde a época colonial com o aumento das exportações, levando a necessidade de um maior cultivo da cana-de-açúcar. Seus resultados são absolutamente planejados para o paradigma do capitalismo agrário, sem interesses e preocupações com o mundo da classe trabalhadora e dos pequenos produtores rurais. A produção do agronegócio da cana-de-açúcar e álcool, na Zona da Cana

nordestina em especial, quando estudada *in loco* tem uma realidade bem diferente da qual temos o conhecimento cotidianamente.

Expressamos aqui, que este modelo de produzir o espaço agrário nordestino é o responsável pela miséria social existente em vários lugares por nós visitados, assim como a degradante vida dos trabalhadores do campo, por meio da insalubridade no setor de trabalho. A necessidade do campo para produzir e manter o sustento faz com que muitas famílias fiquem na dependência de grandes usinas produtoras de açúcar e etanol, o que acontece tantas vezes, e transforma-se em trabalho assalariado, com falta de condições de trabalho e vida. Por outro lado, é na entressafra que a vida destes homens e mulheres do campo se transforma ainda mais em situação de miséria, pois o desemprego impossibilita-os de ter uma vida digna.

Foi neste sentido que analisamos a produção canavieira, especificamente nas Usinas Reunidas Seresta em Alagoas, como forma de analisá-la diante todo espaço agrário do Nordeste, não delimitando a um único estado.

4.1 Usinas Reunidas Seresta sob o a ótica do capital sucroalcooleiro

Como primeira observação de aula de campo temos as Usinas Reunidas Seresta, localizada no Município de Teotônio Vilela no estado de Alagoas. Trata-se de um patrimônio fundado em 1973, sob o poder político da família Vilela, e que até então mantém sob seu domínio. Praticamente, todo o município de Teotônio Vilela está assentado nas terras da usina que é a responsável pelo desenvolvimento econômico do município, baseado na produção sucroalcooleira.

No discurso pautado pela usina, os projetos socioambientais tentam disfarçar as mazelas provocadas pelo capital sucroalcooleiro, no meio ambiente e na vida dos trabalhadores que direta e indiretamente fazem parte do seu quadro de empregados, chegando a três mil trabalhadores no período da safra. Até 2010 suas terras correspondiam a 12 mil hectares.

A usina não consegue esconder seus prejuízos ao meio ambiente, numa jogada de informações durante a apresentação dos projetos da usina e da política “correta” que é divulgada pela mesma ficou claro que o uso de agrotóxicos é

comum, e conseqüentemente, os mananciais que se encontram nas proximidades recebem grande parte desses produtos. Por outro lado o risco é maior aos trabalhadores que comprometem sua saúde ao ter contato direto com esses produtos tóxicos.

Outra questão analisada foi a falta de consciência ambiental vista no trajeto feito pela BR-101 até os pontos de estudo em Pernambuco e Alagoas. Foi observado que as plantações de cana ocupam todos os espaços possíveis, mesmo onde a mecanização não é possível chegar.

A questão do trabalho que também é afetado pelo capital canavieiro é relatado da seguinte forma por Oliveira (2009)

As mudanças implementadas pelo capital agroindustrial canavieiro impactaram profundamente o mundo do trabalho. Os reflexos se fizeram sentir do ponto de vista da redução do emprego, por conta da mecanização da lavoura (sobretudo no corte de cana) e da automação microeletrônica adotada na planta fabril. Soma-se a isto o acirramento da precarização e superexploração do trabalho, que se expressa nas formas de arregimentação e controle da força de trabalho (especialmente dos trabalhadores migrantes), na crescente terceirização da mão-de-obra, no descumprimento das leis trabalhistas, na captura da subjetividade operária, via implementação dos sistemas de gestão e controle do processo de produção e de trabalho, etc (p.67).

Nesse sentido, entendemos que o processo de precarização e desvalorização do trabalho não é eminência apenas dos setores urbano-industriais, permeia com alto grau de efeitos no sentido da exploração, expropriação do trabalho no espaço rural, provocando transformações que acarretam na miséria em todos os segmentos dos setores rurais. Por tratar-se de uma determinação da lógica perversa do modo capitalista de produção. Nesta face da modernização, o trabalho se exterioriza, se tornando cada vez mais precarizado e informal.

A monocultura canavieira, em sua territorialização, deixa muitas vezes como conseqüência a miséria da vida no campo, impulsionando o êxodo e a expulsão dos trabalhadores dos setores agrícolas em geral. Da mesma forma provoca a degradação ambiental por meio do lançamento de agrotóxicos usados para alta produtividade canavieira. São resultados típicos do agronegócio, que camufla o trabalho escravo e transforma o trabalhador em assalariado e dependente.

A nosso ver, essa forma de organização do espaço agrário brasileiro inviabiliza o acesso democrático a terra, como mercadoria especulada em valores

exorbitantes, nesta concepção mercadológica e das relações precarizadas de trabalho no meio rural o trabalho dos trabalhadores rurais tornam-se instrumento de exploração pelo agronegócio.

4.2 Movimentos sociais, Luta pela terra, e Reforma Agrária.

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais (Gohn, 2000, p.19-20) que buscam mudanças estruturais significativas na sociedade, de forma que as desigualdades sejam suprimidas, da mesma forma que a opressão e exclusão social. Considerando os movimentos sociais do campo, temos como sujeitos a classe trabalhadora no campo lutando pelo uso democrático da terra com fins sociais.

O que une os trabalhadores sem terra nesses movimentos é a concepção de uma organização social que parte das suas necessidades e carências materiais e da falta de opção no campo e na cidade (Lima, 2006, p.20). São as contraposições ao movimento do capital “que se expressam na expropriação, na exploração e na subordinação do trabalho” (p.21).

A luta pela terra se coloca no contexto do debate sobre a espacialidade e a territorialização na modernidade, transformadas pelo processo de globalização (Sauer, 2010, p. 21). Processo este que recria valores sociais e influenciam no processo de identidade dos grupos que lutam pelo acesso a terra, que esta inserida no conjunto das transformações sociais, econômicos, políticas e culturais, que tem como objetivo a democratização e participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira, como expõe o autor.

Para Iasi (2011) a vivência com contradições em determinados valores antigos, superados por novas relações, pode gerar um movimento de superação. A ação coletiva (formação de grupos) “coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. (p.29)

Durante esta pesquisa, passamos por vários acampamentos e assentamentos de reforma agrária, que entendemos como instrumento da luta pela terra. Para nós, a experiência de vida ao visitar cada família acampada ou assentada nos fez

questionar a realidade vivida pela classe trabalhadora sem terra no campo, em contrapartida a Constituição Federal e os Direitos Humanos. A precariedade de moradia, alimentação, saneamento, educação, entre outros, são características comuns nas áreas de luta pela terra. Essa realidade, marcada pela exclusão e marginalização tem gerado os conflitos, seja no espaço urbano ou no rural, em busca de condições dignas de vida na cidade ou no campo.

A luta no campo é expressa pela formação de acampamentos, que são a materialização do lugar de criação de identidade dos sem-terra (Sauer, 2010, p. 62). Os acampamentos visitados por nós, Xique-Xique (MST) em Monteiro/PB, acampamento Mangueiral (MST) em Soledade/PB e o Acampamento da Paz (Brasil Terra da Gente- BTG) expõem os conflitos territoriais existentes no campo. Concretizam a luta pela terra e os anseios por Reforma Agrária, que aqui entendemos como política pública territorial de caráter estrutural promovida pelo Estado (Lima, 2011, p. 17).

Nesses espaços, as condições de vida são precárias, muitas famílias vivem do trabalho prestados em unidades produtoras de capital sucroalcooleiro ou trabalhando como doméstica em casas de famílias nos centros urbanos. Plantar e colher nas terras ocupadas nem sempre é possível, seja pela qualidade dos solos ou por princípios dos próprios movimentos.

Os assentamentos, que representam a concretização de um determinado processo político-social, sobrepondo o monopólio da terra e o conflito social a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental. Com a posse da terra são necessárias condições para a permanência na terra, como incentivos econômicos, condições sanitárias, educação, saúde, entre outros.

Esse cenário se repete em vários assentamentos que visitamos. No assentamento Normandia, em Caruaru/PE, o Juazeiro, em Piancó/PB, Nova Vida I, em Souza/PB, o José Moreira da Silva, em Taperoá/PB, onde se repetem os conflitos pelo direito de vir a ser, a permanecer na terra e gerar seu sustento através das atividades agropecuárias. Da mesma forma, nas Comunidades Quebradeiras de Coco Babaçu, em Esperantina/PI, que após os conflitos pela terra e resistência ao monopólio, permanecem carentes de serviços básicos e atenção de políticas de incentivos a comercialização dos derivados do babaçu.

Outro fator agravante é a falta de políticas direcionadas às necessidades sociais, que priorize o desenvolvimento regional. Temos três grandes projetos de

beneficiamento no Nordeste: o eixo leste da Transposição do rio São Francisco, a Transnordestina e a Fruticultura irrigada. Essas são grandes geradores de conflitos sociais, em que as contradições capitalistas nas obras de beneficiamento são grandes propagadoras de degradação ambiental e exclusão das comunidades próximas do acesso a esses benefícios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores que levaram a construção desigual e contraditória do campo nordestino tiveram suas bases no período colonial, porém, essas marcas permanecem ativas nos dias atuais. Temos acompanhado diariamente a insatisfação social com o modelo que perpetua nos sistemas produtivos, e que acabam remodelando modos de vida, nos quais o campo tem um valor maior que os preços investidos pelos capitalistas para a geração de mais capital.

Os movimentos ou organizações sociais, no campo ou na cidade, concretizando a luta por um modelo mais justo e acesso democrático aos meios de produção tem seu papel na concretização destes dos direitos de cada trabalhador, de sua necessidade de permanecer na terra, seja por questões culturais ou pelo conhecimento adquirido ao longo da vida, repassada de geração a geração.

A formação dos acampamentos e, posteriormente, dos assentamentos representam a concretização da resistência social, em contrapartida a expansão do capitalismo nocivo. As lutas por políticas que sejam diretamente voltadas às necessidades de desenvolvimento social no Nordeste têm se tornadas massivas seja por reivindicações, por meio de redes sociais e pela espacialização dos movimentos sociais.

O que buscamos ao longo do procedimento empírico das aulas de campo foi analisar as diferentes faces do capital, suas ações e como têm se expandido nas relações de produção, provocando a exclusão social de forma preocupante. Nosso embasamento na geografia agrária veio como forma de analisar criticamente essas reconstruções agrárias e o papel do geógrafo diante de tais realidades. As experiências vividas em cada campo tiveram papel fundamental na construção deste trabalho e ultrapassaram nossos entendimentos, que se reconstituíram pelo conhecimento adquirido *in loco*.

Assim, o trabalho de campo enquanto processo metodológico da Geografia Agrária tem o papel de formular novos entendimentos acerca de determinado objeto de pesquisa e promover o conhecimento crítico do aluno/pesquisador em Geografia.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. A quem serve a transposição do São Francisco? www.respeitoaovelhochico.com.br/noticias_07.html. Acesso em 18/03/2011.
- ANDRADE, Manuel Correa de. A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. 6 ed. Recife: Editora universitária da UFPE, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências, Editora. Revan, 2000.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento Regional. In: REVISTA ECONÔMICA DO NORDESTE, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr -jun de 1999.
- Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n°. 84, jul. 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões Teórico-metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: Cadernos Estudos NERA, n°. 2, 1998. www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=26. Acesso em 01/04/2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf. Acesso em 12/08/2010.
- FELICIANO Carlos Alberto; FERNANDES, Bernardo Mançano. Do Pontal do Paranapanema a Ribeirão Preto: uma viagem geográfica e paradigmática para melhor compreender os modelos de desenvolvimento da agricultura. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 107-114, fev. 2006.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Mundo rural e geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-199. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. Além do aspecto puramente acadêmico: o trabalho de campo como uma verdadeira experiência de vida. Geosp - Espaço e Tempo, São Paulo, N° 21, p. 149 - 156, 2007.

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IKUTA, Fernanda Keiko; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Capitalismo e práxis a partir da luta pela moradia. In: Capitalismo e práxis a partir da luta pela moradia. IX JORNADA DO TRABALHO. 2008. UFG/ Catalão/GO. Anais.

Jornal da Cana. Feijão com cana complementa renda na Seresta. 2005, p. 46.
<http://www.jornalcana.com.br/pdf/139/acaosocialemeioambiente.pdf>. Acesso em 01/04/2010.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). A agricultura familiar V. II. Campinas: Editora da Unicamp. 1998.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, 190p.

LIMA, Edvaldo Carlos de; AMORIM, Caio Augusto Maciel; THOMAZ JR, Antonio. Movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.
<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/212.htm>. Acesso em 01/04/2010.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Dissidência e fragmentação da luta pela terra na "Zona da cana" nordestina: o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2011 (Tese de Doutorado).

_____. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no pontal do Parapanema SP: Dissidências e dinâmica territorial. Presidente Prudente: UNESP, 2006 (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Valéria Raquel Porto de. Conflito de uso da água no canal da Redenção : Assentamento Acauã – Aparecida – PB. João Pessoa: Departamento de Geografia 2006. (Monografia, graduação em Geografia).

MOREIRA, Emilia de Rodat. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emilia. ; TARGINO, Ivan; SILVA, Richarde Marques da; BORGES, Utaiguara da N. Zona da Mata Paraibana: reestruturação do setor sucroalcooleiro, reforma agrária e paisagem rural. Cadernos do LOGEPA. Série Texto Didático (UFPB), João Pessoa. Ano 2. Nº 01, p. 45-56, 2004.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento. Goiânia: Fragmentos de Cultura/UCG-IFITEG, v. 12 nº 3, maio/junho, 2002, p. 453-469.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos Para o Trabalho. Presidente Prudente, 2009 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. As tramas espaciais engendradas pelo capital, agroindustrial canavieiro: e o discurso do “desenvolvimento” local-regional. In: XI Jornada do trabalho, 2010. João pessoa.

PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SALQUIERO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. FINISTERRA, XXXVI, n°. 72, p. 37 - 53.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepção de território. São Paulo: expressão popular, 2007.

SAUER, Sergio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico – metodológica. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n°. 84, jul.2006,p. 7-24.

SILVA, Maria aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo: fundação editora da UNESP, 1999.

STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANCA, 1994.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. Faculdade de Educação da UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2003.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves; VIANNA, Pedro Costa Guedes. HIDROTERRITÓRIOS: A influência dos recursos hídricos nos territórios do semi-árido nordestino; <http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Trabalho%20de%20Campo-08/Texto-Avani-Pedro.pdf>. Acesso em 18/03/2011.

TORRES, Avani Terezinha Gonçalves. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. João Pessoa: Departamento de Geografia 2007. (Dissertação, mestrado em Geografia).

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho: repensar auto-crítico sobre a classe Trabalhadora no Brasil. Revista Pegada – vol. 7 n.1. Junho/ 2006, p. 7-40.

THOMAZ Jr. Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. Caderno Prudentino de geografia, nº 13. AGB - Presidente Prudente, 1991, 7 p.

ICONOGRAFIA

De forma a explicitar tudo que anteriormente foi exposto, este segmento é composto por fotografias que registraram, nas aulas de campo, a realidade do campo nordestino e muitos dos momentos que foram vivenciados ao longo das pesquisas. Enfatizando a situação de cada lugar visitado, como forma de expor o descaso com a população rural, principalmente acampada e assentada, tem para nós a importância de trazer a vista de todas as relações presenciadas durante as pesquisas de campo e que marcam as atuais formas de configuração do espaço agrário.

As relações entre homem/natureza modelados pelos interesses do capital acabam por extrair da natureza todos seus recursos possíveis, gerando assim a degradação e subjunção do homem à miséria e à desrealização de sua própria existência. Dessa forma, as diversas manifestações sociais e movimentos de luta por direitos essenciais e políticas públicas significativas, não cessam de buscar melhorias para obtenção de uma vida digna, caracterizando no meio rural/agrário na região Nordeste os conflitos por terra, e que muitas vezes resultam em violência e mortes no campo.

No mais, as imagens aqui apresentadas, além de serem os resultados dos trabalhos de campo têm como objetivo expor o poder do capital diante das classes subalternas e seus verdadeiros interesses, que estão diretamente ligados à geração e acúmulo de capital pela exploração do homem, aniquilação e negação de modos de vida e culturas.



Fotografia 1: Canavial com irrigação por gravidade. Neste modelo a água é levada a toda extensão do canavial e distribuída através de mangueiras por gotejamento, impedindo que a cana perca suas propriedades pela falta de água. Desta forma, aliada aos insumos químicos, o cultivo canavieiro torna-se altamente produtivo para a indústria sucroalcooleira.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 2: Discurso de preocupação ambiental em usina de cana-de-açúcar. Tantas vezes os projetos e ações ambientais promovidas pelas indústrias canavieiras são mínimas, relacionadas às consequências ambientais que promovem ao meio ambiente, porém inserem - as no contexto globalizado da “sustentabilidade”.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 3: Represa localizada em meio a canaviais. Pelo declive, todo material de beneficiamento da cana-de-açúcar, como agrotóxicos, escoam para estas águas provocando a contaminação da água que é utilizada pelos próprios trabalhadores da usina, ou pequenas comunidades locais.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 4: Piscicultura praticada na barragem citada na foto anterior. Como visto na imagem anterior, todo insumo de beneficiamento é levado junto às chuvas para essas águas e conseqüentemente os peixes que são consumidos pelos trabalhadores locais são contaminados, o que provoca doenças e até mortes por intoxicação.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 5: Cortador de cana pescando na represa anteriormente citada no período da entressafra. Nesse período o desemprego nas áreas canavieiras é elevado, levando os trabalhadores sazonais a buscar meios de sobreviver sem renda mensal.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 6: Desocupação de área devido à produção canavieira. A expulsão ou desterritorialização é uma consequência comum junto a áreas de produção cana-de-açúcar. Nessas áreas a presença de movimentos sociais do campo e da luta pela terra é uma consequência do modelo concentrador de terras e monopolizador dos meios de produção.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 7: Acampamento São Sebastião, no município de Atalaia/Alagoas. As péssimas condições de moradia são determinantes na continuação da luta por políticas de Reforma Agrária. É a necessidade de manter a sobrevivência em meio ao capitalismo nocivo que faz com que tantas famílias permaneçam em condições de vida degradante no campo.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 8: Acampadas em momento coletivo de lavagem de roupas e louças no acampamento São Sebastião/Atalaia/AL. As crianças acompanham seus familiares para também realizar as tarefas. É de criança que o exemplo de resistência torna-se significativo na luta pelos direitos de acesso democrático aos meios produtivos, seja no campo ou na cidade.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 9: Alunos em momento de entrevista com acampado. O trabalho de campo é um procedimento metodológico importante dentro da geografia agrária devido as suas complexas questões e má interpretação por grande parte da sociedade. Neste contexto, o procedimento empírico possibilita ao aluno o contato direto com o objeto em estudo e sua compreensão a cerca da realidade.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 10: Pequenos acampados assistem com atenção o momento de conversas com os demais moradores. A necessidade de políticas estruturais que garantam educação e saúde e moradia, entre outros, serão determinantes no futuro de cada criança acampada ou assentada.

Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 11: Assentamento Normandia em fase de construção. Caruaru/ PE. O momento inicial de um assentamento pode ser desestimulante. Daí a importância de programas e investimentos para desenvolvimentos desses territórios.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 12: Refeitório de escola improvisada no acampamento São Sebastião/ Atalaia/ AL. A educação é o fator mais importante dentro dos movimentos sociais por promover o conhecimento e a expandir os ideais de luta dos movimentos, porém o acesso à escola muitas vezes é difícil e quando ocorrem dentro dos acampamentos às condições são precárias pela falta de recursos.
Fonte: Trabalho de campo, 2010.



Fotografia 13: Cultivo de hortaliças em sistema Mandala aberta. Centro de Formação Paulo Freire/Caruaru/PE. Esse modelo garante o cultivo de hortaliças em espiral e com irrigação pela água acumulada no centro.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 14: Assentados, capacitadores e alunos em mística no Centro de Formação Paulo Freire/PE. Esse é um momento onde os desejos de todos tornam-se um, e a exaltação a terra é um símbolo de força e resistência no campo.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 15: Momento de culto a terra, crianças assentadas expõem em cartazes seus sonhos e o desejo de ser livres desse modelo desigual e concentrador, como também se do preconceito por parte da sociedade.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 16: Alunos em visita ao Assentamento Juazeiro I /Piancó/PB, ainda em processo de construção de moradias. Momento de grande importância para a concretização das políticas públicas, mas que na maioria das vezes não garante o desenvolvimento do assentado e permanência dos assentados por falta de recursos econômicos.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 17: Crianças assentadas em casa de sapê. As péssimas condições de vida são alarmantes e expõe a triste realidade de centenas de famílias no sertão da Paraíba. Piancó/PB.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 18: Cozinha de “barraco” no assentamento Nova Vida I/ Souza/PB.

Fonte: Trabalho de campo 2011.



Fotografia 19: Crianças e adolescentes do Assentamento Nova Vida I aguardando transporte pra ir a escola na zona urbana. Souza/PB.
Fonte: Trabalho de campo 2011.



Fotografia 20: Placa do IBAMA em porteira que delimita o fazendo São Francisco em Souza. Nesta mesma fazenda passa o eixo leste da transposição do Rio São Francisco.
Fonte: Trabalho de campo, 2011



Fotografia 21: Construção do canal para transposição das águas do Rio São Francisco em Souza/PB. Vista parcial da degradação provocada pela obra, que permanece em abandono.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 22: Banheiro em péssimas condições de uso em assentamento de reforma agrária na Paraíba. O banheiro usado pelos moradores não oferece condições de higiene e a água é transportada em baldes ou liberada diretamente da caixa d'água através de um cano. Souza/PB.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 23: Entrada de barraco de lona. Assentamento Xique-Xique/Monteiro. A esperança pela melhoria nas condições de vida aumenta a cada nova etapa de luta. Mesmo quando as condições materiais não permitem a permanência no campo, o desejo interior é mais forte e faz resistir.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 24: Canal da transposição em Salgueiro/PE. Assim como em Souza, as obras estão paradas e sem previsão para conclusão. Enquanto o dinheiro público é gasto de forma incorreta, muitas famílias sofrem com a falta d'água e sua má distribuição.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 25: Plantação de pupunhas no vale do rio São Francisco. De um lado o Oasis da irrigação, ao fundo vegetação seca, sem validade. São as contradições das políticas de desenvolvimento regional, que inserem os grandes produtores nas regiões irrigadas e excluem desse processo os pequenos produtores.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 26: Palmito derivado da pupunha. Produto é exportado na conserva para países europeus, a seleção do produto exportado é de melhor qualidade, enquanto que o consumo local e regional é recebe o restante que não serve para a exportação. Fruticultura irrigada no Vale do rio São Francisco.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 27: Trabalhadores na extração do palmito derivado da pupunha. Durante toda a visita ao local, os trabalhadores eram vigiados e orientados a não conversar com os alunos/pesquisadores.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 28: Cultivo de uva no polo fruticultor no submédio São Francisco. O trabalho feminino é fundamental pela delicadeza no corte e armazenamento. Assim como o palmito, o melhor produto vai para mercados externos.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 29: Beneficiamento da uva para exportação na Empresa Brasileira de Frutas tropicais (EBFT), Petrolina/PE. Neste estágio as uvas estão prontas para serem embaladas e enviadas ao mercado consumidor.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 30: Discurso ambiental nas obras da Transnordestina/ Salgueiro/PE.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 31: Construção da linha férrea Transnordestina. A fotografia anterior mostra o discurso ambiental do projeto em contrapartida à degradação causada pelas obras.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 32: Acampamento Mangueiral/ Patos/PB.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 33: Crianças em carro de boi no assentamento José Moreira da Silva/Taperoá/PB. Esse é o meio mais comum para fazer o transporte de água no meio rural.

Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 34: Assentados do José Moreira da Silva/Taperoá/PB conduzem carro de boi com galões de água para consumo. Mesmo com a efetivação do assentamento não foram oferecidas condições mínimas de permanência e desenvolvimento econômico do assentamento.

Fonte: Trabalho de campo, 2011



Fotografia 35: Caminhada de 50 anos de morte de João Pedro Teixeira/Sapé/PB com a participação massiva da sociedade e bandeiras de vários movimentos sociais. O ato público realizado anualmente é um momento coletivo de exaltação as Ligas Camponesas e os objetivos dos movimentos sociais e organizações que buscam o igualitário acesso aos meios produtivos e condições de vida.

Fonte: Trabalho de campo, 2011



Fotografia 36: Alunos em conversa com as mulheres quebradeiras de coco babaçu na comunidade Tapuia/ Esperantina/PI. Esse foi um momento ímpar para conhecimento da organização das comunidades quebradeiras de coco babaçu e da estrutura organizacional das mulheres no contexto da luta de classes.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Fotografia 37: Cultivo de hortaliças em sistema de mandala fechada. Esse modelo, além de beneficiar a horticultura também possibilita que a água não evapore, ao mesmo tempo em que dá espaço para criação de animais que ficam protegidos do sol.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 38: Bandeira do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco Babaçu, Esperantina/PI.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Fotografia 39: D. Francisca, quebradeira de coco babaçu na Comunidade Tapuia/Esperantina/PI. Dentre as lembranças de uma vida triste, recordações das lutas por identidade e ameaças de morte.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Fotografia 40: Processo de beneficiamento do coco babaçu, mulheres descascando o babaçu para posteriormente usá-lo em produtos alimentícios, artesanatos, produtos de limpeza etc. Em cada etapa o coco fornece matéria para a produção de inúmeros derivados.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Fotografia 41: Quebradeira extraindo amêndoa do coco babaçu.
Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Fotografia 42: Moeda local das comunidades quebradeiras de coco, válida nos municípios piauienses inseridos no projeto, e que podem ser trocados por alimentos em mercados e feiras.

Fonte: Trabalho de campo, 2012.



Fotografia 43: Armazenamento de água para consumo no Acampamento da Paz em Cruz do Espírito Santo.

Fonte: Aula de campo, 2012.



Fotografia 44: Teto de barracos no acampamento da paz. O péssimo estado das lonas não garante proteção aos moradores, assim como as próprias barracas construídas de palha e restos de madeiras. O descaso com os acampados é frequente e fator determinante no prosseguimento da luta.

Fonte: Aula de campo, 2012.